



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 24 de março de 2012

A CRITICA	
CRIAÇÃO DA ZFM	1
ECONOMIA	
A CRITICA	
PIS e Cofins na discussão	2
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
AMAZONAS	3
CAPA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Incentivo de R\$ 28 mi às exportações do Amazonas	4
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
ZFM.....	5
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Claro & Escuro.....	6
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Prefeitura e Suframa são alvos de críticas de representantes do PIM	7
ECONOMIA	

criação da ZFM

Decreto 288/67 em análise

Grupo de especialistas foi criado pela Fieam para discutir o documento legal que criou a Zona Franca de Manaus

A Federação da Indústria do Estado do Amazonas (Fieam) constituiu uma comissão técnica, formada por consultores econômicos e tributaristas, a fim de discutir o Decreto-Lei de 288/67, que instituiu a Zona Franca de Manaus. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Fieam, Antônio Silva, em uma reunião com o deputado federal, Pauderney Avelino (DEM), na sede da entidade.

Após se referir à vitória da Samsung no Supremo Tribunal de Justiça quanto à questão da isenção do pagamento do Programa de Integração Social e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Confins), Silva disse que o fato abre oportunidade para que a indústria de bebidas e outros segmentos busquem os direitos legais descritos no Decreto-Lei 288.

Em seguida, Silva anunciou a comissão que analisará esse documento legal: consultores econômicos José Laredo, Rodemarc Castelo Branco e Raimundo Lopes; o tributarista Hamilton Caminha; o consultor da Fieam e do Cieam, Seleh Hamdeh; o especialista em indústria e comércio José Fernando Zica; o advogado Raimundo Noronha e o relator da Constituição e ex-senador pelo Amazonas Bernardo Cabral.

ICMS

No encontro, os empresários da



Encontro com o deputado Pauderney Avelino aconteceu na Fieam e reuniu empresários do comércio e da indústria

indústria e do comércio aproveitaram para discutir com Avelino o projeto de resolução 72 que pretende unificar e reduzir a zero a alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos importados nas transações interestaduais. A Fieam entende a "Guerra dos Portos" - como fica-

ram conhecidos os incentivos dados aos produtos importados por alguns Estados -, como inconstitucional e prejudicial à indústria brasileira e aos empregos gerados pelos investimentos industriais. "A guerra dos portos é inconstitucional. Por conta dessas desobediências civis constituímos, essa co-

missão trabalhará em cima do escopo do decreto 288, relatar as dificuldades e encontrar soluções para o modelo", explicou Antônio Silva.

Para o presidente do Cieam, Wilson Périco, o governo brasileiro deveria ter uma agenda positiva de tudo aquilo que estiver sendo produzido no território



Economista Rodemarc C. Branco



Bernardo Cabral está na comissão

nacional para que tenha tratamento diferenciado na importação, inclusive com a elevação das alíquotas de IPI para manter a indústria nacional competitiva e no mercado interno. "A nossa carga tributária não cai uma vírgula. E todo mundo fala que é preciso encontrar matrizes econômicas complementares, mas

Destaque

De acordo com o deputado Pauderney Avelino, em breve, o projeto de resolução de alíquota única do ICMS para produtos importados, que conta com a simpatia do Governo Federal, deve ser levado à votação no Senado.

precisamos saber o que o Governo Federal quer para o Amazonas. Os 50 anos de prorrogação da ZFM será a nossa última chance para saber isso", disse Périco.

ALÍQUOTA ÚNICA

Outra preocupação é um projeto do Governo de unificação da alíquota do ICMS interestadual, caindo dos atuais 12% nos Estados do Norte-Nordeste com produtos com destino ao Sul-Sudeste para 4%. A alíquota do Sul-Sudeste para o Norte-Nordeste hoje é 4% e também cairia para 2%, ainda este ano. Em 2014, tudo ficaria em 2%.

"A gente tem de ser preservado. Hoje, um componente que tem tributação em 12%, recebe 80%, 90% de incentivo, então paga 1%. Com a redução para 4%, os 90% seria sobre os 4%, daí a ZFM deixa de ser atrativa", ressaltou Avelino.

PIS e Cofins na discussão

Esses dois tributos incidem sobre bebidas envasadas na ZFM e serão questionados na Justiça

A cobrança da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as bebidas envasadas aqui e mercadorias vendidas em Manaus, adquiridas de empresas da ZFM também fizeram parte da discussão.

Recentemente, a Samsung ganhou o direito da isenção do paga-

mento da PIS/Cofins nas vendas dentro da ZFM, o que pode desonerar em até 10% o preço final dos produtos. A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) equiparou as vendas internas das fábricas instaladas na ZFM com as exportações, também isentas de IPI, e abre precedente para que outras empresas entrem também com ações judiciais.

Segundo Antônio Silva, presidente da Fieam, a vitória da Samsung, após oito anos de luta, abre o precedente para as demais empresas solicitarem isonomia.

A tributação do PIS/Cofins também tem causado prejuízos à indústria de bebidas. De acordo com o sócio-proprietário da J Cruz Indústria e Comércio Ltda (Magistral), Luiz Cruz, as 13 envasa-

doras independentes de bebidas em Manaus estão sofrendo com o PIS/Cofins, por serem cobrados e nem sequer têm direito a crédito.

Antes, a alíquota era zero, depois foi para 3,65% e há quase quatro anos subiu para 9,65%, segundo a Fieam. "O pagamento do PIS/Cofins é absurdo. Tivemos um acréscimo de 150% no que vínhamos pagando", disse Luiz Cruz.

AMAZONAS

Incentivos de R\$ 28 mi para exportações

Valor enviado pelo governo federal objetiva promover as vendas de itens fabricados no país para o mercado externo. **Economia B1**

Incentivo de R\$ 28 mi às exportações do Amazonas

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

O Amazonas vai receber R\$ 28 milhões do governo federal como incentivo às exportações de produtos locais. O montante corresponde a 1,4% do total de R\$ 1,9 bilhão que será destinado às unidades da Federação para promover as vendas de itens fabricados no país para o mercado internacional. A portaria, que prevê a liberação do recurso, foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU).

A "boa nova" foi bem recebida por entidades ligadas à indústria local que alegam que o recurso é uma forma de elevar a competitividade do empresariado exportador

amazonense no mercado internacional. "É uma boa iniciativa, uma vez que a indústria brasileira vem perdendo competitividade até mesmo no mercado interno por conta de produtos importados", observou o presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périgo.

Porém, o representante do Cieam afirmou que outras medidas devem ser tomadas pelo governo federal para proteger os produtos fabricados não só no Polo Industrial de Manaus (PIM), mas a indústria nacional como um todo. "Os recursos para fomentar as exportações são sempre bem-vindos, mas ainda precisam ser resolvidos os problemas da mão de obra de alto valor agregado e da elevada carga tributária, que juntos também afetam a com-

petitividade das indústrias local e nacional", afirmou.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Athay-

parque fabril manauense. "É uma ação que, além de incentivar as vendas de produtos locais, também garantem a produção nas indústrias locais e a geração de empregos no PIM", destacou.

DIVISÃO

Os repasses pró-exportação pertencentes a cada Estado, incluídos os de seus municípios, serão proporcionais aos coeficientes individuais de participação. Recurso para todo o país é de R\$ 1,9 bilhão

des Mariano Félix, também se mostrou otimista com os avanços que as medidas adotadas pelo governo federal devem ter nas exportações do

Efeito crise

Félix ressaltou, ainda, que a liberação de recursos veio em um bom momento, pois a crise econômica europeia já reflete nos negócios das empresas amazonenses com clientes estrangeiros. "A produtividade deu uma leve recuada, o que é uma das preocupações demonstradas pela presidente Dilma Rousseff. Portanto, a iniciativa é um compromisso da presidente em proteger a indústria nacional e os empregos no país" pontuou o vice-presidente.

ZFM

Comissão vai discutir ameaças

LUANA GOMES

Equipe EM TEMPO

Para impedir que a guerra fiscal ameace a Zona Franca de Manaus (ZFM), uma comissão de advogados e economistas especialistas no modelo foi montada pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) para levantar os problemas pontuais do Estado e apontar as possíveis soluções.

De acordo com o economista da Fieam, Gilmar Freitas, no primeiro momento, será elaborado um estudo sobre o decreto-lei nº 288/67, que trata dos benefícios e da finalidade da Zona Franca, além dos obstáculos que impedem o desenvolvimento local. Freitas

abordou que, na atual conjuntura, os direitos conquistados pelo Estado com a legislação têm sido mitigados.

Além de Freitas, dentre os membros da comissão estão presentes os economistas José Laredo, Rodemarck Castelo Branco, Raimundo Lopes; o conselheiro tributário Hamilton Caminha; o representante da Federação em Brasília, Saleh Handeh; o presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-AM), Erivaldo Vale; além do assessor de economia da Federação de Comércio, Bens, Serviços e Turismo no Amazonas (Fecomércio-AM), José Fernando Pereira da Silva, e do advogado Raimundo Noronha.

O economista José Laredo

pontuou que uma lista sugestiva de incentivos fiscais também tem sido elaborada, para garantir a vinda de novos investimentos. Laredo destacou o uso de fábricas compartilhadas, que permitiriam o uso total da capacidade da indústria, em um total de área construída acima de 300 metros quadrados. "Temos de usar nossas armas, porque somos os únicos monopolistas na Constituição e não vendemos o produto, ficamos esperando comprar", salientou.

De acordo com o deputado Pauderney Avelino, "ninguém está no Amazonas porque gosta de estar, por isso, se a coisa apertar, não tenham dúvidas, eles vão para qualquer lugar,

mas não ficam". Como representante do Estado em Brasília, o deputado comentou que já está elaborando projetos de lei e medidas provisórias para serem apresentados na Câmara dos Deputados, com intuito de impedir o desgaste da ZFM.

O presidente da Fieam, Antônio Silva, também abordou que há necessidade de lidar com o Processo Produtivo Básico (PPB) "como regra de jogo de campeonato: os benefícios adquiridos para quem inicia a competição devem continuar até o fim, pois se torna injusto formular novas regras para beneficiar times que entram na competição, tornando difícil a sustentação dos pioneiros".

Claro & Escuro

FHC

Apoio às empresas

Pai das Bolsa Gás e Bolsa Escola, que resultaram no atual Bolsa Família, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, durante sua visita a Manaus, que “não adianta pedir mais investimentos para os empresários se o governo não cria condições para que as empresas se desenvolvam”, declarou.

MEDIDAS

Descaso com o PIM

FHC se referia principalmente aos empresários do Polo Industrial de Manaus. Em menos de dois anos do governo Dilma Rouseff, a Zona Franca de Manaus vem sofrendo golpes em seu modelo. Uma foi a MP dos Tablets e outra, a ampliação dos incentivos a outros Estados.

Prefeitura e Suframa são alvos de críticas de representantes do PIM

▼ Para especialista, estratégia para captar negócios é falha

TEXTO Rósana Villar
Evandro Selxas/23/09/08

MANAUS

O modelo Zona Franca de Manaus tem pontos importantes que devem ser revistos, apontam representantes do setor industrial amazonense. Ontem, em reunião na sede da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), que contou também com representantes do comércio, as críticas foram duras, passando pela Prefeitura de Manaus até a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Para o economista da Controle Consultoria, José Laredo, a Prefeitura tem uma participação insignificante no processo industrial da cidade. "A prefeitura tem acesso ao Codam e ao CAS, mas dá zero de contribuição em termos de estratégia e produtividade", disse.

O economista criticou, ainda, a atuação da diretoria da Suframa na captação de negócios. "Aqui, temos dirigentes de gestão do modelo que viajam e não convidam os consultores, que poderiam ir por conta própria para captar negócios para cá. Então, essa história de culpar Brasília por uma série de

FRASE



José Laredo
Economista

Essa história de culpar Brasília por uma série de problemas é besteira"

Ao explicar que parte dos problemas do Polo Industrial de Manaus (PIM) podem ser resolvidos internamente.

problemas é besteira", disse.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, afirmou que "a questão dos importados dificulta a produção local", mas que uma mudança permanente depende principalmente de uma alteração na tributação sobre a produção nacional.

"Elevar o IPI de importação resolve o problema por um tempo, mas só até que o custo Brasil seja diminuído. O pro-

blema é que os custos da máquina pública e dos desvios de dinheiro aumentaram na mesma proporção que o faturamento", disse.

O executivo observa, ainda, que constantes edições de Processos Produtivos Básicos dão pouca segurança às empresas que pretendem se instalar no PIM. "Os limites para a convergência digital são infinitos, então se for por esta linha, amanhã carros poderão ser considerados bens de informática", disse.

Mais caro

O projeto que prevê a isenção do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o transporte interestadual de produtos importados pode tornar o custo da produção industrial ainda mais caro no Brasil, segundo análise do deputado Federal Pauderney Avelino, que participou do encontro na Fieam.

Para o deputado, a medida pode servir para interromper, inicialmente, a guerra fiscal entre os Estados, mas pode trazer resultados ruins à médio prazo. "A importação de máquinas e insumos também ficará dificultada e isso tornará o produto nacional ainda mais caro", disse.